

Jornal da

Edição

Especial

APEOESP

SIGA-NOS:



Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br

Maio 2022

SUBSÍDIO, NÃO!

TODOS À ASSEMBLEIA ESTADUAL DIA 03/06, NA PRAÇA DA REPÚBLICA



Luta da APEOESP assegurou 10% de reajuste sobre todas as gratificações aos profissionais da Educação, da ativa e aposentados. Mas é preciso um reajuste de 33,24% para equiparação ao Piso Salarial Profissional Nacional, garantindo um direito conquistado pela categoria. Nossa mobilização será intensa neste segundo semestre. Professor, professora não opte pelo subsídio!

Vamos juntos lutar pela nossa carreira. Dia 03/06, todos à Assembleia Estadual na Praça da República.

ÍNDICES DA APEOESP

ABRIL/2022



PEB I (24H): R\$ 1.473,79

PEB II (24H): R\$ 1.706,10

SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.212,00

SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 5.567,66

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE MAIO
SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

Mãe:
força e ternura
capazes de grandes
transformações!
Todo dia é seu dia!

Professora Bebel
Presidenta da APEOESP Deputada Estadual



Editorial



Professora Bebel
Presidenta da APEOESP
Deputada Estadual

por retrocessos, abusos de poder e descompromisso com a vida, durante a pandemia.

Mas é também um governo marcado pela nossa resistência. Em nenhum momento, nesses quase quatro anos, deixamos de enfrentar cada um dos ataques de Doria, Rodrigo Garcia e Rossieli Soares, o pior secretário da Educação da história. Enquanto esses personagens estão fadados ao fracasso e ao esquecimento, a APEOESP permanece íntegra e firme na sua missão de representar e organizar a mais importante categoria profissional da nossa sociedade.

O ano de 2022 marca o fim de um dos piores governos que o estado de São Paulo já teve. É o governo das privatizações, desmonte dos serviços públicos, ações contra a população mais pobre, arrocho salarial e ataques contra os servidores, confisco salarial de aposentados e pensionistas, sucateamento da educação, da saúde e de outras áreas sociais. Junto com o governo de Jair Bolsonaro, é uma gestão marcada

Não negociamos princípios, não abrimos mão das reivindicações e dos direitos dos professores e das professoras, não cedemos a pressões e chantagens deste governo. Em 30 de abril, reunimos o Conselho Estadual de Representantes em São Paulo, que marcou uma assembleia estadual para o dia 03/06, na Praça da República, para intensificarmos a luta para que nossa categoria não opte pelo subsídio instituído pela lei complementar 1374/2022, pela implantação da Lei do Piso: reajuste de 33,24%, com repercussão para todos os integrantes da carreira do magistério, em todas as faixas e níveis, extensiva aos aposentados; aplicação da verdadeira e correta jornada do piso para todos os professores, com o mínimo de 33% das aulas destinadas a atividades extraclasse, e pelo fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas.

A lei do subsídio significa o fim da nossa carreira. Ela acaba com quinquênios, sexta parte, outras vantagens pessoais. Também não reconhece nossa experiência e tempo de serviço para a evolução, além de jogar toda possibilidade de evolução para provinhas e outras formas de avaliação de "competências e habilidades", cujos critérios o governo poderá regulamentar livremente, já que essa lei extinguiu a comissão de gestão da carreira, uma conquista nossa na LC 836/97.

O subsídio e suas regulamentações só existirão se a categoria aderir. Você tem 24 meses para pensar. Se aderir, não poderá voltar atrás. Pense bem: nós temos a possibilidade

real de eleger um novo governo, e, juntos, podemos lutar para resgatar a nossa carreira. Em apenas seis meses saberemos quem comandará o governo do Estado pelos próximos quatro anos. Portanto, não é necessária nenhuma precipitação.

É muito claro para cada um de nós o quanto as ações de governo e o posicionamento de cada deputado e deputada interfere na nossa vida. Portanto, tome consciência de que você tem o futuro nas mãos. Conscientize-se de que você é parte fundamental da política e de que ela não pertence àqueles que estão tirando os seus direitos. Eles estarão novamente no governo, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, na Assembleia Legislativa apenas se permitirmos que isso aconteça. Por isso chamo a atenção para a importância do voto consciente. Pesquise a trajetória dos candidatos. Temos muito pelo que lutar. O FUNDEB permanente foi conquista da nossa luta, o reajuste de 10%, ainda insuficiente, foi resultado de muita mobilização, também impedimos demissões em massa de professores temporários e a redução de seus salários, assim como barramos outros retrocessos.

Você é muito importante. Participe conosco das lutas da APEOESP. Venha conquistar melhorias para a nossa categoria e para a escola pública.

QUEM LUTA CONQUISTA VITÓRIAS.

NÃO OPTE PELO SUBSÍDIO

Queremos carreira com valorização profissional



Mobilização dos professores e professoras na Assembleia Legislativa: deputados aprovaram PLC 3 com apenas dois votos acima do necessário

A aprovação pela maioria governista na Alesp do PLC 3/2022 (Lei Complementar 1374/2022) constituiu-se no último capítulo de uma longa lista de desmonte e destruição de direitos, serviços, empresas e órgãos públicos no Estado de São Paulo.

A imposição do subsídio em lugar de salários, utilizando-se de mentiras e propaganda enganosa, significa a tentativa de retirar direitos fundamentais assegurados na nossa carreira, que, se não é a dos nossos sonhos, precisa ser ampliada e melhorada, jamais destruída.

Não abra mão de seus direitos

Aceitar o subsídio significa abrir mão de quinquênio, sexta parte, outras

vantagens e, sobretudo, da valorização do tempo de serviço e da experiência como fatores de evolução na carreira, permitindo que o governo do Estado estabeleça formas altamente subjetivas de avaliação. Isto pode implicar, no mínimo, em que a maioria dos integrantes do Magistério simplesmente fique estagnada do ponto de vista salarial e profissional, a depender da "calibragem" que o governo faça dessas avaliações em cada momento.

Nossa luta contra a imposição do subsídio foi forte. Enfrentando todas as dificuldades, assédio moral nas escolas e medidas destinadas a punir com descontos quem participa de movimentos reivindicatórios, os professores e as professoras realizaram no dia

da votação do PLC 3 uma paralisação que atingiu a média de 65% em todo o estado.

Foi forte e marcante nossa presença dentro e fora da Alesp, de forma articulada com as demais entidades do Magistério, paralisando o trânsito e mostrando que não aceitávamos a chantagem que o governo quis fazer, embutindo o reajuste de 10% junto com a criação do subsídio. Mantivemos nossa posição e o governo conseguiu somente dois votos acima do necessário, ainda assim fazendo com que o presidente da Casa participasse da votação.

Agora é preciso impedir a concretização do subsídio e isso só depende de nós. De fato, o subsídio só existirá mediante a adesão da categoria. Por isso, reiteramos: não opte pelo subsídio. Em seis meses poderemos ter um novo governo e teremos a chance real de resgatar e melhorar a nossa carreira, mantendo e ampliando direitos.

Oficinas regionais

Para que você compreenda melhor o que está em jogo, a APEOESP distribuirá a todos os seus associados e associadas uma publicação detalhada sobre o conteúdo da LC 1374/2022 e realizará oficinas, debates e encontros nas subseções e nas escolas sobre esse tema. A reunião do Conselho Estadual de Representantes decidiu a continuidade da luta e marcou assembleia estadual para 03/06, na Praça da República.

Lembre-se: se você optar pelo subsídio, não poderá mais voltar atrás. Não se precipite. Você tem 24 meses para tomar uma decisão.

O Primeiro de Maio de 2022 foi de unidade, luta e esperança. Estamos construindo o caminho para o Brasil retomar o caminho da igualdade e justiça social. E para, finalmente, transformar o estado de São Paulo.



Com apoio da APEOESP e da FETE, SindProSBO conquista carta sindical

O Sindicato dos Professores de Santa Bárbara D'Oeste (SindProSBO) conquistou em abril sua carta sindical com apoio do nosso Sindicato e da Federação Estadual dos Trabalhadores em Educação (FETE), cuja presidenta, professora Nilcea Fleury Victorino, é secretária de Assuntos Municipais da APEOESP.

Agora a entidade de Santa Bárbara D'Oeste está plenamente legalizada para continuar defendendo os professores do Município e para continuar atuando juntamente com a APEOESP e com a FETE pela valorização dos profissionais da Educação em todo o estado de São Paulo.

Mobilização continua pelos 33,24%

Iniciamos nossa luta com 0%, saímos dela com 10% sobre todas as gratificações. Demais categorias receberam sobre salário-base



Em assembleia, Prof. Bebel defende reajuste de 33,24% a todos os professores

à aprovação do subsídio, no âmbito da farsa da “carreira do subsídio”.

A luta não foi em vão. Quando essa questão começou a ser discutida em plenário, todas as demais categorias dos servidores públicos tinham garantido reajuste salarial, mas os professores estavam com zero. Apesar da aprovação do subsídio por margem mínima de votos, a luta da APEOESP garantiu a aprovação do artigo 83 da LC 1.374/2022, que alterou a

tabela de vencimentos da LC 836/97, reajustando o salário base em 10%, aplicando a nova tabela para todos os professores e professoras, independentemente da adesão ou não ao subsídio, inclusive para os aposentados com paridade e pensionistas.

Quando se altera a tabela de vencimentos, altera-se o salário base, fazendo com que o reajuste incida sobre todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: quinquênios, sexta-parte, gratificações em geral,

como, por exemplo, a da escola de tempo integral, GTCN e afins.

É importante ressaltar que os 10% são insuficientes para a reposição da inflação acumulada desde março de 2018, data do reajuste anterior. A inflação acumulada até dezembro de 2021, segundo o INPC, do IBGE, atingiu 25%. Se os valores do piso da categoria acompanhassem o ritmo inflacionário, sem contar a questão do piso salarial profissional nacional, os salários iniciais do PEB I seriam de R\$ 2.791,74 e o dos PEB II, R\$ 3.231,79. I

A perspectiva é o cumprimento da meta 17 do PNE/PEE

Nossa luta é pela aplicação do reajuste do piso salarial nacional, na perspectiva do cumprimento da meta 17 dos Planos Nacional e Estadual de Educação, porque o piso nacional é o passo inicial para o processo de valorização salarial e profissional da nossa categoria e não o teto salarial, como quer o governo do PSDB.

A meta 17 dos PNE/PEE determina que os salários dos professores sejam equivalentes à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.

O Estado tem recursos

Não faltam recursos para que o governo do Estado valorize os profissionais da Educação. As receitas correntes do governo tiveram acréscimo acentuado entre 2018 e 2021 em torno de 13,8% em valores reais, atingindo R\$ 286,4 bilhões no ano passado. E entre 2020 e 2021, os gastos com pessoal diminuíram 7,2%, como resultado de salários congelados e da aceleração da inflação no período.

Arrocho e carestia corroem nossos salários

A carestia atinge todos os brasileiros, por conta da irresponsável gestão econômica do governo federal e da inoperância do governo do Estado em atuar diante da escalada de preços generalizada. A cesta básica ilustra muito bem isso. Em abril de 2022, o conjunto de alimentos básicos no município de São Paulo apresentou alta de 5,62% em relação a março. Foi a cesta mais cara entre as capitais pesquisadas pelo DIEESE e atingiu o valor de R\$ 803,99. Em comparação com abril de 2021, a cesta acumulou elevação de 27,09%. Apenas em 2022, a variação acumulada já atinge 16,43%.

APEOESP cobrou e conquistou abono complementar retroativo a janeiro

Ainda que não seja o que almejamos, já que professores aposentados e da ativa recebem diferença do piso em forma de abono complementar, é uma conquista da nossa mobilização.

APEOESP ingressou na Justiça para que o governo pague os 33,24% de reajuste do piso salarial profissional nacional corretamente, ou seja, aplicado sobre o salário base com repercussão para todos integrantes da carreira do Magistério, em todas as faixas e níveis, extensivo aos aposentados.

O abono complementar que o governo do PSDB instituiu anualmente por meio de decreto, portanto, não está de acordo com a lei do piso. Por isso conquistamos na Justiça o reajuste de 10,15% relativo a

2017. Vencemos em todas as instâncias, mas infelizmente o STF bloqueou o pagamento a pedido do Estado. Esse bloqueio aguarda julgamento do plenário e temos confiança de que será derrubado.

Neste ano de 2022, o decreto do governo previa o pagamento do abono complementar somente a partir de março. A APEOESP cobrou o pagamento retroativo a janeiro, pois essa é a vigência do reajuste do piso. O governo teve então que republicar o decreto e o pagamento dos valores retroativos foi realizado.

Ações do Sindicato impedem escolas civico-militares

A APEOESP, juntamente com a CNTE, entidades estudantis, outras entidades, movimentos e instituições, se opõem frontalmente à transformação de escolas regulares em civico-militares. Não concordamos que verbas do FUNDEB, tão duramente conquistadas, sejam desviadas para um programa autoritário, que pretende formatar a mente de nossas crianças e jovens, sufocando a pluralidade de ideias e a liberdade de ensinar e aprender.

A Diretoria Estadual da APEOESP orientou as subseções e o departamento jurídico a atuar para barrar a implementação desse tipo de medida no estado de São Paulo.

Destá forma, nosso Sindicato ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Tribunal de Justiça de São Paulo, que aguarda julgamento, como vem agindo em todos os casos pontuais dos quais tomamos conhecimento.

Até o momento, em Pirassununga conquistamos sentença pela não implementação da escola civico-militar, enquanto que em Taquaritinga e Sorocaba, foram concedidas liminares contra esse programa. Em Piracicaba, a mobilização popular, que contou com a participação pessoal da presidenta do Sindicato e deputada estadual Professora Bebel, barrou a iniciativa na Câmara Municipal.

Quaisquer outros casos devem ser informados, para que possamos divulgar.

Piso Salarial: conquista da APEOESP

Essa conquista começou a se concretizar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), por iniciativa do então deputado federal Gumerindo Milhomem Neto (PT), ex-presidente da APEOESP, que ins-

creveu na Constituição Federal esse princípio, finalmente transformado na lei 11.738/2008 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós, da APEOESP, temos orgulho de estarmos na origem do piso salarial

profissional nacional e hoje lutamos para que o governo estadual e as prefeituras apliquem corretamente seus reajustes. Também lutamos pela correta aplicação da jornada: 33% para atividades extraclasse.

Não ao Programa de Ensino Integral excludente do PSDB



PEI desconsidera as necessidades dos estudantes

O governo Doria/Rodrigo Garcia continua expandindo as escolas PEI, que excluem alunos trabalhadores, tiram vagas de milhares de estudantes e submetem professores a sobrecarga de trabalho e assédio moral.

Essas escolas são impostas sem respeitar a vontade de professores, estudantes, funcionários, pais e toda a comunidade. Há muitas denúncias de fraudes, que têm sido objetos de medidas administrativas e judiciais da APEOESP.

É preciso continuar mobilizando as

comunidades contra esse programa, porque além dos prejuízos diretos aos estudantes que não podem prosseguir seus estudos nesse modelo, as escolas PEI atendem reduzido número de alunos, causando superlotação em outras unidades escolares, assim como o fechamento do ensino noturno.

O limite de 25 estudantes por classe, a reabertura de classes fechadas e a reativação do noturno para o ensino regular e EJA são algumas das lutas prioritárias da APEOESP.

Exigimos o fim do confisco dos aposentados e pensionistas

Uma das mais cruéis e vergonhosas medidas tomada pelo governo Doria/Rodrigo Garcia foi o confisco salarial de aposentados e pensionistas que penaliza servidores públicos que contribuíram a vida inteira pelo direito à aposentadoria.

Hoje, com o desvio de parte considerável de seus salários para cobrir um inexistente déficit na SPPREV, essas pessoas têm dificuldades para sobreviver.

A deputada estadual e presidenta da APEOESP, Professora Bebel apresentou projetos na Alesp para acabar com essa injustiça (veja no quadro). Também busca convencer lideranças a apresentarem projeto suprapartidário com a mesma finalidade. A APEOESP, junto com APASE, CPP e AFUSE, ingressou com ação judicial ainda em 2020, para acabar com esse confisco.

STF e o confisco no Judiciário

Há diversas ações judiciais que es-



Para a APEOESP o fim do confisco salarial dos aposentados e pensionistas é uma prioridade

tão no Supremo Tribunal Federal para discutir o confisco dos aposentados.

Muito se fala do tema 933, julgado no STF, que estabelece balizas constitucionais para a majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência social, mas, para o caso de São Paulo e especialmente para a ação que a

APEOESP ingressou, ele não abrange exatamente o mesmo ponto que estamos abordando.

Nossa entidade alega em sua ação que para haver a declaração de déficit atuarial é necessária que exista prévia

prova de que ele existe, o que não houve no caso de São Paulo.

O tema 933 do STF estabelece que não é necessária prévia demonstração de déficit atuarial para a edição de lei que preveja o desconto majorado quando esse déficit eventualmente existir. As duas situações, juridicamente falando, são absolutamente diversas, porque é muito diferente haver uma lei que preveja essa possibilidade e a cobrança em si. Por isso, seguimos com nossas ações, uma vez que não foram afetadas pelo julgamento do tema no Supremo.

Neste momento o STF julga ação relativa a situação assemelhada à questão paulista. A relatora do caso é a ministra Carmem Lúcia, que já deu voto contrário ao interesse dos aposentados e pensionistas. Contudo, o ministro Roberto Barroso pediu vistas. Por conta desse pedido de vistas, o julgamento da questão poderá se estender por muito mais tempo.

PROJETOS DE AUTORIA DA DEPUTADA PROFESSORA BEBEL, PRESIDENTA DA APEOESP, PARA REVOGAR O CONFISCO SALARIAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

PROJETO	TEOR	ANDAMENTO
PDL 39/2020	Susta os efeitos da declaração de déficit atuarial feita pelo Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, de 19 de junho de 2020, que é o ato que dá fundamento ao confisco.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp.
PL 450/2020	Define os benefícios pagos pela São Paulo Previdência – SPPREV como direitos sociais indisponíveis de seus beneficiários, e por isso, anula a discussão sobre existência ou não de déficit atuarial, que é o fundamento do confisco.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp. Publicado requerimento para tramitação em regime de urgência
PEC 6/2021	Veda a cobrança de contribuição previdenciária sobre valores de aposentadorias e pensões que estejam abaixo do teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social, portanto, veda o confisco.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp

Instalação da CPI do IAMSPE já

O IAMSPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual pertence aos servidores públicos e é por eles sustentado com descontos mensais em seus holerites. O governo do Estado, não contribui com praticamente nada. O pouco a mais que entra no caixa do IAMSPE se dá por iniciativa individual ou coletiva de alguns deputados, por meio de emendas ao Orçamento do Estado, em resposta aos movimentos realizados pelas categorias do funcionalismo.

O governador Doria conseguiu aprovar o PL 529 (Lei 17.293/2020), que entre medidas privatizantes aumentou o percentual de contribuição dos servidores com mais de 59 anos, com a promessa de que o atendimento melhoraria. Aconteceu o contrário: piorou. O atendimento no interior do estado vem sendo drasticamente reduzido, com o cancelamento de convênios com hospitais, clínicas e laboratórios.

Contra irregularidades: CPI

Além disso, acumulam-se denúncias de irregularidades na gestão do Hospital do Servidor Público e outros setores do IAMSPE. Terceirizações são realizadas de forma nebulosa, com suspeitas de favorecimento e desvio de recursos. Por isso a deputada Professora Bebel protocolou na Alesp um requerimento de CPI para investigar tais irregularidades.

Entidades unidas

Além da luta pela instalação da CPI, a audiência pública da Frente Parlamen-

tar em Defesa do Funcionalismo da Ativa e Aposentados de 4 de maio decidiu realizar pressão para que o Orçamento contemple a obrigação do Estado em aplicar sua cota-parte, lutar pela melhoria do atendimento e também para que os servidores participem de fato da gestão do IAMSPE, por meio de um Conselho de Administração Paritário.

Para organizar essas lutas uma nova audiência pública sobre o IAMSPE será realizada.

Plano estadual para o funcionalismo público



Mais uma importante decisão da audiência pública de 04 de maio foi a elaboração de um projeto de Plano Estadual para o Funcionalismo Público, como política de Estado, nos moldes dos Planos Nacional e Estadual de Educação, com metas e diretrizes que definam as obrigações da Administração Pública para a garantia de qualidade nos serviços públicos, atendimento à população, financiamento, gestão, condições de trabalho e valorização salarial e profissional dos servidores.

Um esboço preliminar das metas do futuro plano foi apresentado na própria audiência e um grupo de trabalho foi constituído com a participação das entidades presentes e outras que venham a aderir.

EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Roberto Guido e Stenio Matheus de Moraes Lima. **Conselho Editorial:** Maria Izabel Azevedo Noronha; Fábio Santos de Moraes; Roberto Guido; Stenio Matheus de Moraes Lima; Leandro Alves Oliveira; Sílvio de Souza; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Miguel Noel Meirelles; Fláudio Azevedo Lima; Francisco de Assis Ferreira; Paula Cristina Oliveira Penha. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTb 37329). Textos de José Rocha Cunha e Luis Brandino. **Fotos:** Rogério Cavalheiro e Roberto Parizotti. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos Roberto Ferreira dos Santos. **Secretárias:** Edenilde do Nascimento e Amanda Souza. **Impressão:** Gráfica Paineiras. **Tiragem:** 181.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em junho. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. **Redação:** Praça da República, 282 – 5º andar – CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP

EXECUTIVA:

Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice Presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Sílvio de Souza; **Secretário de Finanças:** Miguel Noel Meirelles;

Secretário de Finanças Adjunto: Fláudio Azevedo Lima; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borloli Godinho; **Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suelly Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa Maria de Araújo Fiorentin; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nilceia Fleury Victorino; **Secretário para Assuntos Municipais**

Adjunto: Luiz Aurindo Souza Oliveira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretário de Organização para a Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Organização para o Interior:** Maria de Lourdes Rafael; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretário de Organização para o Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretário de Organização para o Interior:** Sérgio Martins da Cunha.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA:

Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva, Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correia; Ana Lúcia Santos Cugler; Anatalina Lourenço da Silva; André Murinho Ribeiro Chaves; Andréia Oliveira Souza Soares; Antônio do Vale; Antônio Galdini Júnior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Filho; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmem Luiza Urquiza de Souza; Cláudio Juhrs Rodrigues; Cláudio Luiz Alves de Santana; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliana Nunes dos Santos; Eliane Aparecida Garcia; Eliane Martiniano de Souza; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva

Faria Galvão dos Santos; Flávia Bischain Rosa; Felipe Brilhante Maropo; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Gustavo de Freitas Agostini; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Júnior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luís Antônio Nunes da Horta; Luiz Cláudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Mara Cristina de Almeida; Marcos César Luís Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Pires; Marcella de Campos Costa; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronaldo Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilider Cácio de Freitas; Vanessa da Silva; Vânia Pereira da Silva; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Waldir Siqueira; Yara Aparecida Bernardi Antonelli.